

CARTA DOS EDITORES CONVIDADOS

Prezados(as) leitores(as),

Este número especial de *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, intitulado Políticas de Assistência no Brasil e na América Latina, é majoritariamente fruto do Seminário Internacional Estado, Filantropia e Assistência, realizado no Rio de Janeiro em 2009, pela Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal Fluminense (UFF) e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), no Rio de Janeiro. O evento reuniu pesquisadores brasileiros e europeus e objetivou discutir historicamente a assistência à saúde, a partir da caridade, da filantropia ou do Estado.

Os artigos aqui publicados convidam os leitores a refletir sobre política, assistência e saúde por meio de algumas chaves particulares de leitura: o vínculo entre a prestação de serviços de atendimento em saúde e a arquitetura hospitalar; a dinâmica cultural das práticas e dos valores acerca de partos e parteiras; a produção de identidades entre profissionais da saúde; a formulação de políticas públicas voltadas à maternidade; os nexos sociais entre filantropia e socorro à pobreza e entre filantropia e saúde pública, no enfrentamento das doenças contagiosas.

Abre o número o artigo de Ana Paula Vosne Martins, no qual a autora problematiza conceitos recentemente incorporados aos domínios da pesquisa em ciências humanas e sociais sobre os temas de assistência, benemerência e cuidados.

No que tange à dimensão da assistência à saúde e da arquitetura hospitalar, apresentamos os trabalhos de Ana Teresa Venancio, Renato Gama-Rosa Costa e Márcia Rocha Monteiro. Venancio discute, ao estudar a implantação da Colônia Juliano Moreira, inaugurada em 1924 no Rio de Janeiro, o significado da adoção do hospital-colônia como modelo manicomial por parte das políticas públicas de assistência psiquiátrica, na primeira metade do século XX. Renato Gama-Rosa, por sua vez, sistematiza estudos sobre arquitetura hospitalar que a relacionam com a assistência à saúde, enfatizando exemplos de hospitais e sanatórios e ressaltando a ligação entre paradigmas arquitetônicos e o conhecimento médico vigente. Marcia Rocha Monteiro chama atenção para outro aspecto da assistência à saúde: a manutenção de hospitais patronais no Brasil da chamada era Vargas. Debruça-se no Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1941 para apoiar a economia canavieira. O órgão tinha, como uma de suas atribuições, prestar assistência aos trabalhadores do açúcar e com tal intuito construiu hospitais nos principais polos açucareiros do país. Monteiro analisa a singularidade dessa arquitetura hospitalar derivada da política social previdenciária do IAA.

O segundo eixo de discussão ressalta os partos, as parteiras e a assistência. Nele encontra-se o artigo de Tânia Maria de Almeida Silva e Luiz Otávio Ferreira, que nele discutem os

treinamentos realizados pelo Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) junto às parteiras curiosas. Tais treinamentos, bem como o consequente controle das mulheres que atuavam nas comunidades rurais brasileiras, foram considerados capitais para o Sesp, no âmbito de seus projetos de serviços sanitários que envolviam a assistência materno-infantil. As curiosas eram peças-chave na estrutura montada pelo SESP, em virtude do papel relevante que exerciam nas comunidades.

O artigo de Karina Felitti trata das novas formas de atenção ao parto surgidas na Argentina nos anos 1960 a 1980, os chamados partos sem dor. À autora interessa discutir as resistências e os apoios a essas políticas no meio médico e o papel exercido pelas mulheres naquele contexto de forte mobilização social e instabilidade institucional. O período conturbado da história portenha é pano de fundo para Felitti discutir as novas formas de atenção ao parto.

María Soledad Zárate Campos e Lorena Godoy Catalán discutem as políticas de saúde materno-infantil levadas a efeito pelo Serviço Nacional de Saúde chileno (1952-1964), em especial em seus primeiros anos de funcionamento. As autoras destacam as continuidades e rupturas do Serviço, em relação às políticas de proteção a mães e filhos implementadas no país desde a década de 1920.

O artigo de Carolina Biernat e Karina Ramacciotti discute as políticas de proteção à maternidade destinadas às mulheres trabalhadoras argentinas na primeira metade do século XX. Para tanto, as autoras analisam, entre outras fontes, o *corpus* legal dessas políticas, discursos parlamentares e revistas médicas, destacando a Caja de Maternidad, criada em 1934, e as alterações na legislação protetora às mulheres trabalhadoras (mães ou futuras mães) nos primeiros anos do peronismo.

Cláudia Viscardi, por sua vez, propõe-se a analisar as diversas propostas de assistência à pobreza, debatidas na primeira década do século XX por intelectuais e filantropos no Rio de Janeiro. A autora está interessada em discutir como foram recebidas e adequadas à realidade local as principais teorias europeias acerca da 'suavização' da pobreza.

Maria Martha de Luna Freire e Vinicius da Silva Lenoy apontam como o ideário da filantropia foi posto em prática por meio da ação do médico carioca Arthur Moncorvo Filho, no Instituto de Proteção e Assistência à Infância, por ele criado em 1899. Os autores enfatizam o papel desse médico no que concerne à articulação entre suas ações assistenciais e as práticas médicas consideradas inovadoras e ao propor políticas públicas voltadas à maternidade e à infância.

Quanto às profissões em saúde e assistência, Lina Faria e Luiz Antonio de Castro Santos nos brindam com uma análise crítica do cuidar em fisioterapia. Os autores estudam a emergência das novas profissões de saúde e a redefinição do campo de atuação das principais profissões de saúde, notadamente no âmbito do Programa de Saúde da Família, bem como discutem os desafios do trabalho multi e interdisciplinar em saúde.

Maria Itayra Padilha, Sioban Nelson e Miriam Susskind Borenstein trazem à discussão o papel dos estudos de biografias de profissionais da enfermagem como estratégia pedagógica e acadêmica na formação identitária da profissão.

O artigo de Vicente Saul Moreira dos Santos discute a relação entre a filantropia e saúde pública no combate à lepra no Brasil, entre 1920 e 1945. O autor centraliza sua

análise na atuação da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, criada em São Paulo na década de 1920, e na sua relação com o governo Vargas, quando perde parte de sua autonomia de ação.

Na seção Imagem podemos conhecer, através de registros fotográficos, as ações do Serviço Social da Indústria (Senai) de Curitiba (PR), na década de 1940. Vera Beltrão Marques e Desirê Luciane Dominschek analisam a atuação do Serviço na capital paranaense, chamando atenção para as diversas ações assistenciais levadas a cabo por essa instituição. Por fim, na seção Fontes, Maria Renilda Nery Barreto apresenta aos leitores o rico repertório de fontes que a Pro Matre do Rio de Janeiro oferece para aqueles que desejam estudar filantropia, assistência ao parto e assistência materno-infantil no Rio de Janeiro a partir de 1918 – ano de criação da entidade.

Enfim, este número especial procura oferecer a vocês, leitores, bases para uma discussão atualizada acerca do tema política, assistência e saúde. A todos uma boa leitura.

Gisele Sanglard

(Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Luiz Otávio Ferreira

(Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Maria Martha de Luna Freire

(Universidade Federal Fluminense)

Maria Renilda Nery Barreto

(Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca)

Tania Salgado Pimenta

(Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)